



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação

**Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul**

Relatório Contábil do campus Porto Alegre

e Demonstrações Contábeis Consolidadas

4º Trimestre/2023

Porto Alegre, 2023

DCONIFRS

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETOR-GERAL

Fabício Sobrosa Affeldt

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

Milena Ivanoska da Rosa Sória

COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Luísa Gil Almeida

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Elisângela Batista Maciel

EQUIPE TÉCNICA - CONTADOR

Ademir Gautério Troina Júnior

Este documento é constituído por:

I - Declaração do Contador;

I - Demonstrações Contábeis;

III - Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício de 2023), em atendimento à Portaria nº e em atendimento ao Ofício Circ. no 72/2022 - GAB/SPO/SPO-MEC, de 25 de novembro de 2022, consta a **Declaração com Ressalva do Contador da Unidade Gestora 158261 – campus Porto Alegre, Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UG)	Código da UG
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS – CAMPUS PORTO ALEGRE	158261
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 4º Trimestre de 2023, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: Restrição 634 – Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros. Até o encerramento do exercício de 2023, o campus Porto Alegre não realizou a reavaliação de bens móveis e intangíveis conforme determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.10, MCASP 9ª Edição e Macrofunção SIAFI 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável. A falta de avaliação dos bens móveis e intangíveis é recorrente no campus Porto Alegre, constante na Declaração Anual do Contador em outros exercícios. Atualmente o Campus possui registrado aproximadamente R\$ 9 milhões em bens móveis e softwares. Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB. Até o quarto trimestre de 2023, o campus Porto Alegre registrou saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis. O valor divergente é de R\$ 660,1 mil a menor no SIAFI. O saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis é recorrente no campus Porto Alegre, constante na Declaração Anual do Contador em outros exercícios. Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado. Até o encerramento de 2023, o campus Porto Alegre registrou evolução incompatível com o cálculo da	

depreciação do ativo imobilizado. O valor divergente é de R\$ 4 milhões, a menor no SIAFI em comparação ao RMB (Relatório Mensal de Bens).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Porto Alegre	Data	25/01/2024
Contador Resp.	Ademir Gautério Troina Júnior	CRC nº	76.804/O-5

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

4º Trimestre

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	30.899,63	65.349,51	PASSIVO CIRCULANTE	337.746,81	2.619,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.093,44	31.102,74	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	328.693,23	-
Estoques	23.088,96	30.878,53	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	1.717,23	3.368,24	Provisões a Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	9.053,58	2.619,60
ATIVO NÃO CIRCULANTE	57.104.004,82	57.155.499,49	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Invest.	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Invest.	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	337.746,81	2.619,60
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
(-) Redução ao Valor Recuperável de Invest. do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	57.004.989,23	57.136.282,89	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	5.557.563,84	6.059.809,74	Demais Reservas	11.756.769,63	-
Bens Móveis	8.905.764,43	8.804.562,68	Resultados Acumulados	45.040.388,01	57.218.229,40
(-) Depreciação/Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-3.348.200,59	-2.744.752,94	Resultado do Exercício	-1.005.133,92	10.842.010,82
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	46.164.357,59	46.072.971,80
Bens Imóveis	51.447.425,39	51.076.473,15	Ajustes de Exercícios Anteriores	-118.835,66	303.246,78
Bens Imóveis	51.633.284,38	51.253.637,98	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-185.858,99	-177.164,83	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.797.157,64	57.218.229,40
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	99.015,59	19.216,60			
Softwares	99.015,59	19.216,60			
Softwares	99.015,59	98.639,59			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-79.422,99			
TOTAL DO ATIVO	57.134.904,45	57.220.849,00	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.134.904,45	57.220.849,00

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	6.093,44	6.093,44	PASSIVO FINANCEIRO	1.025.014,61	1.214.158,43
ATIVO PERMANENTE	57.128.811,01	57.128.811,01	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	56.109.889,84	56.006.690,57

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	211.477,64	386.344,83	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.513.375,79	4.721.531,02
Atos Potenciais Ativos	211.477,64	386.344,83	Atos Potenciais Passivos	4.513.375,79	4.721.531,02
Garantias e Contragarantias Recebidas	198.133,25	386.344,83	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	13.344,39	-	Obrigações Contratuais	4.513.375,79	4.721.531,02
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	211.477,64	386.344,83	TOTAL	4.513.375,79	4.721.531,02

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-566.737,49
Recursos Vinculados	-452.183,68
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-
TOTAL	-1.018.921,17

Fonte: SIAFI

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução do quarto trimestre de 2023 em relação ao quarto trimestre de 2022. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo campus, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

4º Trimestre

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.245.317,06	19.218.973,83
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	12.183,41	8.060,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12.183,41	8.060,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	124,00	1.135,00
Juros e Encargos de Mora	124,00	1.135,00
Transferências e Delegações Recebidas	4.630.834,53	4.617.231,79
Transferências Intragovernamentais	4.559.463,47	4.572.486,97
Outras Transferências e Delegações Recebidas	71.371,06	44.744,82
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	602.125,32	14.497.289,71
Reavaliação de Ativos	-	14.433.955,36
Ganhos com Incorporação de Ativos	354.422,70	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	247.702,62	63.334,35
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	49,80	95.257,33
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	49,80	95.257,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.250.450,98	8.376.963,01
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.941.545,88	3.510.480,62
Uso de Material de Consumo	201.248,01	114.260,67
Serviços	3.340.489,59	2.817.781,18
Depreciação, Amortização e Exaustão	399.808,28	578.438,77
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	222,50
Juros e Encargos de Mora	-	222,50
Transferências e Delegações Concedidas	16.625,78	91.920,83
Transferências Intragovernamentais	2.607,84	88.111,54
Outras Transferências e Delegações Concedidas	14.017,94	3.809,29
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	723.135,17	3.504.446,14
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	3.495.083,50
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	46,25	9.286,64
Incorporação de Passivos	-	76,00
Desincorporação de Ativos	723.088,92	-
Tributárias	31.124,74	31.062,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.817,30	30.702,48
Contribuições	307,44	359,99
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.538.019,41	1.238.830,45
Incentivos	1.527.975,68	1.227.476,40
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	10.043,73	11.354,05
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.005.133,92	10.842.010,82

Fonte: Siafi

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

4º Trimestre

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
			5.270.107,79	5.270.107,79
DEFICIT				
TOTAL	-	-	5.270.107,79	5.270.107,79

Fonte: Siafi

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	5.234.510,23	4.585.875,70	4.248.915,11	-5.234.510,23
Outras Despesas Correntes	-	-	5.234.510,23	4.585.875,70	4.248.915,11	-5.234.510,23
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	35.597,56	-	-	-35.597,56
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	5.270.107,79	4.585.875,70	4.248.915,11	-5.270.107,79
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	5.270.107,79	4.585.875,70	4.248.915,11	-5.270.107,79
TOTAL	-	-	5.270.107,79	4.585.875,70	4.248.915,11	-5.270.107,79

Fonte: Siafi

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	18.280,03	521.082,58	514.803,87	514.063,55	21.523,03	3.776,03
Outras Despesas Correntes	18.280,03	521.082,58	514.803,87	514.063,55	21.523,03	3.776,03
DESPESAS DE CAPITAL	-	672.176,22	76.372,40	76.372,40	595.803,82	-
Investimentos	-	672.176,22	76.372,40	76.372,40	595.803,82	-
TOTAL	18.280,03	1.193.258,80	591.176,27	590.435,95	617.326,85	3.776,03

Fonte: Siafi

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	27.605,04	27.605,04	-	-
Outras Despesas Correntes	-	27.605,04	27.605,04	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	27.605,04	27.605,04	-	-
TOTAL	-	27.605,04	27.605,04	-	-

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

4º Trimestre

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	5.270.107,79	4.962.296,94
Ordinárias	-	-	Ordinárias	4.597.603,54	4.919.856,96
Vinculadas	-	-	Vinculadas	672.504,25	42.439,98
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	94.927,91	22.113,60
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	-	Dívida Pública	564.497,57	-
Recursos Extraorçamentários	-	-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
Recursos Não Classificados	-	-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	13.078,77	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	20.326,38
			Recursos Extraorçamentários	-	-
			Recursos Não Classificados	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	4.559.045,15	4.572.486,97	Transferências Financeiras Concedidas	2.607,84	88.111,54
Resultantes da Execução Orçamentária	4.075.298,39	3.777.757,61	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	4.075.298,39	3.777.757,61	Independentes da Execução Orçamentária	2.607,84	88.111,54
Independentes da Execução Orçamentária	483.746,76	794.729,36	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.558,04	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	447.546,29	726.213,33	Movimento de Saldos Patrimoniais	49,80	88.111,54
Movimentação de Saldos Patrimoniais	36.200,47	68.516,03	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	1.310.838,18	1.359.423,68	Pagamentos Extraorçamentários	622.177,00	887.044,81
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	336.960,59	25.983,24	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	27.605,04	74.355,26
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	684.232,09	1.193.258,80	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	590.435,95	812.689,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.136,01	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.136,01	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	285.509,49	140.181,64	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Passivos Transferidos	272.733,96	35.729,31			
Arrecadação de Outra Unidade	12.357,21	104.452,33			
Demais Recebimentos	418,32	-			
Saldo do Exercício Anterior	31.102,74	36.645,38	Saldo para o Exercício Seguinte	6.093,44	31.102,74
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.102,74	36.645,38	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.093,44	31.102,74
TOTAL	5.900.986,07	5.968.556,03	TOTAL	5.900.986,07	5.968.556,03

Fonte: Siafi.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

4º Trimestre

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	51.363,10	424.637,63
INGRESSOS	4.848.690,65	4.712.668,61
Outros Ingressos Operacionais	4.848.690,65	4.712.668,61
Ingressos Extraorçamentários	4.136,01	-
Passivos Transferidos	272.733,96	35.729,31
Transferências Financeiras Recebidas	4.559.045,15	4.572.486,97
Arrecadação de Outra Unidade	12.357,21	104.452,33
Demais Recebimentos	418,32	-
DESEMBOLSOS	-4.797.327,55	-4.288.030,98
Pessoal e Demais Despesas	-4.790.583,70	-4.199.833,37
Educação	-4.790.583,70	-4.199.833,37
Transferências Concedidas	-	-86,07
Intragovernamentais	-	-86,07
Outros Desembolsos Operacionais	-6.743,85	-88.111,54
Dispêndios Extraorçamentários	-4.136,01	-
Transferências Financeiras Concedidas	-2.607,84	-88.111,54
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-76.372,40	-430.180,27
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-76.372,40	-430.180,27
Aquisição de Ativo Não Circulante	-75.996,40	-430.180,27
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-376,00	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-25.009,30	-5.542,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	31.102,74	36.645,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.093,44	31.102,74

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão (MCASP).

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

I – No tocante aos seguintes aspectos da informação contábil:

(a) Existência;

Quanto ao aspecto de existência, não foi reportado ao setor de contabilidade, até o encerramento deste trimestre, bens móveis e intangíveis, cujos registros contábeis totalizam um ativo público de R\$8,9 milhões, distribuído entre bens móveis (8,9 milhões e softwares (R\$ 99 mil). Os valores revelam a materialidade e pertinência do aspecto de existência necessário para controle e veracidade dos registros contábeis.

(b) Integralidade;

Considerando a relevância dos valores dos bens registrados no patrimônio desta unidade, até o momento não foi realizado nenhum processo de avaliação patrimonial, não sendo possível averiguar se seria necessário efetuar algum ajuste nos valores do patrimônio do Campus. Da mesma forma, não existe processo de ajuste para perdas estimadas, conforme determina a Macrofunção 020342. Em virtude disso não é possível afirmar a integralidade das informações nas demonstrações contábeis.

(c) Exatidão, valorização e alocação;

“A conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e com o Manual SIAFI”, e deverá apresentar, seguramente, “se as demonstrações contábeis apresentam inconformidades perante tais normas que resultam em distorções relevantes que prejudicam a tomada de decisões e avaliação nelas baseadas” (macrofunção 020315, do Manual SIAFI). Isso exposto, vale ressaltar que foram diversos os apontamentos ao longo de todo o exercício financeiro de 2022 e que comprometem a exatidão, valorização e alocação dos ativos, passivos e itens do patrimônio líquido e que assim permanecem, até o fechamento do trimestre de 2023, como por exemplo: RMB divergentes (restrição 640); falta avaliação de bens móveis, imóveis, intangíveis (restrição 634), Depreciação e Amortização divergentes com o SIAFI (restrição 642 e 643, respectivamente).

II – No tocante aos seguintes procedimentos contábeis:

(a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas;

Falta o mapa gerencial da dívida ativa ou similar (conforme item 6.1.2.1. da macrofunção 021003 Manual de análise dos demonstrativos e auditores contábeis) para conciliação da dívida ativa e respectivo ajuste para perdas, no que couber.

(b) Bens Móveis e Imóveis;

Durante todo o exercício, manteve-se divergente o saldo SIAFI de bens móveis em relação ao correspondente documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, e não há registro de laudos de reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado. Não há registro de laudo de inventário que viabilize a conciliação das contas desse título e que, paralelamente, ateste com confiabilidade o saldo em bens não localizados e que permita a promoção de descontinuidade dos bens. O saldo, em 31/12/2023, de bens não localizados, é de R\$ 1,6 milhões. A divergência total do saldo de bens móveis no SIAFI e o saldo de bens móveis no controle patrimonial, em 31/12/2023 é de R\$ 660 mil. A conta de depreciação acumulada também apresenta diferenças entre o SIAFI e o Relatório de Bens Móveis, totalizando o montante de R\$ 3,8 milhões.

(c) Ativo intangível;

Até o término do quarto trimestre de 2023, não foram apresentados documento de controle dos ativos intangíveis, de modo que os registros desse título não refletem com fidedignidade o ativo escriturado. Atualmente, R\$ 99 mil estão contabilizados a título de softwares no campus Porto Alegre. Foi realizada inversão da amortização e reclassificação dos softwares, sendo que todos passaram a ser considerados de vida útil indefinida.

(d) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques;

Atualmente R\$ 23 mil estão contabilizados a título de estoques no Campus Porto Alegre.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do campus Porto Alegre, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- **Balanço Patrimonial (BP);**
- **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- **Balanço Orçamentário (BO);**
- **Balanço Financeiro (BF);**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- **Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;

- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n2 - x2) / n2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da aquisição

X = vida útil transcorrida da aquisição

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial — II. Orçamentário — III. Financeiro

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas (MCASP).

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pela Setorial de Programação Financeira, ou correspondente à arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Em 31/12/2023, o item com o saldo mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo Tesouro” com 57,01% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2023:

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição.

	R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Banco Conta Movimento – Demais Contas	2.619,60	2.619,60	-	42,99
Recursos Liberados pelo Tesouro	3.473,84	28.483,14	-87,80	57,01
Total	6.093,44	31.102,74		100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

Nota 2 – Estoques

O IFRS Campus Porto Alegre armazena diversos materiais de consumo em almoxarifado para a utilização nas atividades desenvolvidas na instituição. Os estoques reduziram 25,23% conforme demonstrado abaixo.

Tabela 2 – Estoques – Composição.

	R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Almoxarifado	23.088,96	30.878,53	-25,23	100,00
Total	23.088,96	30.878,53	-25,23	100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

Nota 3 – Imobilizado

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRS em 31/12/2023 totalizavam, pelo custo de aquisição, R\$ 8,9 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir, sendo a de maior representatividade o investimento em Bens de Informática, no valor de R\$ 2,5 milhões (29,10% do total), seguido de Móveis e Utensílios, no valor de R\$ 1,8 milhões (20,71% do total). A análise vertical considerou o total bruto da conta de Bens Móveis.

Tabela 3 – Imobilizado – Composição.

	R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.588.484,70	1.544.696,52	2,83	17,84
Bens de Informática	2.591.954,50	2.544.511,16	1,86	29,10
Móveis e Utensílios	1.844.809,64	1.806.460,10	2,12	20,71
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	791.756,97	721.695,59	9,71	8,89
Veículos	397.897,74	397.707,74	0,05	4,47
Demais Bens Móveis	1.690.860,88	1.789.491,57	-5,51	18,99
Depreciação / Amortização Acumulada	(3.348.200,59)	(2.744.752,94)	21,99	-37,60
Total	8.905764,43	8.804.562,68	-8,29	

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Devido à divergência de saldos do Relatório de Movimentação de Bens em comparação ao Siafi, as contas de depreciação acumulada dos bens móveis não refletem adequadamente a real situação patrimonial líquida do campus, uma vez que os saldos permanecem divergentes. O total de depreciação acumulada é R\$ 3 milhões. Até o final do 4º trimestre a conta de depreciação acumulada apresentava diferenças em R\$ 3,8 milhões em comparação ao Relatório de Bens Móveis.

Bens Imóveis

Os bens imóveis do campus em 31/12/2023 totalizaram R\$ 51 milhões, distribuídos conforme tabela a seguir e com depreciação acumulada de R\$ 185 mil.

Tabela 4 – Bens Imóveis.

	R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Bens de Uso Especial	51.633.284,38	50.530.890,16	2,18	99,23
Bens Imóveis em Andamento	-	722.747,82	-100	-
Instalações	399.496,40	0,00	-	0,77
Deprec./Acum./Amort. Acum. - Bens Imóveis	(185.858,99)	(177.164,83)	4,91	-0,35
Total	51.846.921,79	51.076.473,15		

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

Observa-se que o grupo de Bens de Uso Especial corresponde a quase totalidade do Bens Imóveis (99,23%).

Nota 4 – Intangível

Tabela 5 – Intangíveis - Composição

	R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Software com vida útil definida	-	79.422,99	-100	-
(-) Amortização Acumulada	-	-79.422,99	-100	-
Software com vida útil indefinida	99.015,59	19.216,60	415,26	100,00
Total	99.015,59	19.216,60		100,00

Fonte: SIAFI 2023,2022

O ativo intangível era composto até dezembro de 2023 por softwares de vida útil definida e indefinida. Em dezembro de 2023 foi realizado um registro contábil de reversão da amortização e reclassificação dos softwares, passando todos a serem considerados de vida útil indefinida conforme Relatório de Bens Intangíveis (RBI).

Nota 5 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 31/12/2023, o IFRS Campus Porto Alegre, apresentou um saldo em aberto de R\$ 337.746,81(trezentos e trinta e sete mil setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos) de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir. O Campus Porto Alegre não possui Obrigações a Longo Prazo.

Tabela 6 – Obrigações a Curto Prazo – Composição.

	R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Fornecedores e Contas a Pagar	328.693,23	-	-	97,32
Demais Obrigações	9.053,58	2.619,60	245,61	2,68
Total	337.746,81	2.619,60		100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

(a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

As obrigações a curto prazo referentes a fornecedores e contas a pagar a curto prazo, representam 97,32% do total do passivo.

Na tabela a seguir, são listados os fornecedores em 31/12/2023. O principal valor do grupo Fornecedores e Contas Pagar se refere Fundação de Apoio Universidade Federal do Rio Grande do Sul contratada por meio de Emenda Parlamentar para o Desenvolvimento do Projeto de Extensão intitulado Programa de Formação, Produção e Gestão em Artes Cênicas, totalizando o valor de 91,27% do total a ser pago.

Tabela 7 –Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2023	R\$ AV%
Fundação de Apoio Universidade Federal RS	300.000,00	91,27
Bernard Sistemas LTDA.	18.606,18	5,66
Mercoservice Prestação de Serviços	9.346,73	2,84
Grancapp Distribuidora de Produtos Nac. E Import.	740,32	0,23
Total	328.693,23	100,00

Fonte: SIAFI, 2023

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

Somam-se às obrigações de curto prazo as demais obrigações, conforme tabela a seguir. O valor mais significativo se refere à consignações (71,06%)

Tabela 8 –Demais Obrigações – Composição.

	31/12/2023	R\$ AV%
Consignações	6.433,98	71,06
Depósitos não judiciais	2.619,60	28,94
Total	9.053,58	100,00

Fonte: SIAFI, 2023

(a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços. Nesse grupo se encontram retenções previdenciárias, impostos e contribuições diversos, ISS e os depósitos retidos de fornecedores.

(b) Depósitos não judiciais

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações e devolução de pagamento por motivo de domicílio bancário inexistente, a regularizar pelo fornecedor.

(c) Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo. Nesse grupo se encontra Incentivos à Educação, Cultura; auxílios financeiros a pesquisador e cartão de pagamentos do Governo Federal.

Nota 6 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos, ou potencial de serviços, fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado foi deficitário em R\$1.005.133,92 (um milhão e cinco mil cento e trinta e três reais e noventa e dois centavos), conforme tabela abaixo ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas:

Tabela 9 –Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas.

	R\$		
	31/12/2023	31/12/2022	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.245.317,06	19.218.973,83	-72,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.250.450,98	8.376.963,01	-25,39
Total	-1.005.133,92	10.842.010,82	-109,27

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

Observa-se no resultado Patrimonial do Período um decréscimo de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, de 109,27 pontos percentuais. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Redução da Valorização e Ganhos c/ Ativos e desincorporação de passivos, no montante de R\$ 13.895.164,41 (-95,85%);
- II. Redução das transferências e delegações concedidas, no valor de R\$ 75.295,05 (81,91%);
- III. Redução da Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, no valor de R\$ 2.781.310,97 (79,37%).

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Tabela 10 –Demonstração das Variações Patrimoniais.

	R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Variações Patrimoniais Aumentativas	5.245.317,06	19.218.973,83	-72,71	100,00
Exploração e Venda de Bens, Serv. e Direitos	12.183,41	8.060,00	51,16	0,23
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	124,00	1.135,00	-89,07	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	4.630.834,53	4.617.231,79	-0,29	88,29
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	602.125,32	14.497.289,71	-95,85	11,48
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	49,80	95.257,33	-99,95	
Variações Patrimoniais Diminutivas	6.250.450,98	8.376.963,01	-25,39	100,00
Uso de Bens, Serviços e consumo de capital Fixo	3.941.545,88	3.510.480,62	12,28	63,06
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	222,50	-100,00	-
Transferências e Delegações Concedidas	16.625,78	91.920,83	81,91	0,27
Desvalorização e Perda de Ativos e Inc. Passivos	723.135,17	3.504.446,14	-79,37	11,57
Tributárias	31.124,74	31.062,47	0,20	0,50
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.538.019,41	1.238.830,45	24,15	24,61
Resultado Patrimonial	- 1.005.133,92	10.842.010,82	-109,27	

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos a redução da Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. De Passivos, em um montante de R\$ 13.895.164,41, correspondentes ao registro de de reavaliação de de Imóveis ocorrido em 2022, com redução referente à -95,85% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Tabela 11 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.

	R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Uso de Material de Consumo	201.248,01	114.260,67	76,13	5,11
Serviços	3.340.489,59	2.817.781,18	18,55	84,75
Depreciação, Amortização e Exaustão	399.808,28	578.438,77	-30,88	10,14
Total	3.941.545,88	3.510.480,62	12,28	100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

Em relação ao uso de materiais de consumo, houve um aumento de 76,13% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em relação aos Serviços, que tem maior representatividade no grupo, na ordem de 84,75%, obteve-se um aumento nos gastos em 18,55%.

As principais variações no gasto com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD Serviços

Tabela 12 – VPD Serviços

	R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Diárias	13.931,58	3.174,72	338,83	0,42
Serv. Técnicos Operacionais	0,00	-16.418,00	-100,00	0,00
Serv. Apoio Adm., téc. e operacional	2.656.985,36	2.113.443,62	25,72	79,54
Serv. de comunicação	30.028,18	38.100,75	-21,19	0,90
Serv. Transp., passagens e Locomoção	7.130,20	15.522,43	-54,07	0,21
Serviços Administrativos - PJ	4.800,20	705,13	580,75	0,14
Serv. água e esgoto, energia elétrica- PJ	445.695,99	424.183,45	5,07	13,34
Serv. água e esgoto, energia elétrica- PJ Mun.	121.767,10	157.083,43	-22,48	3,65
Locação e Arrendamento Mercantil operacional	60.150,98	49.149,65	22,38	1,80
Total	3.340.489,59	2.817.781,18	18,55	100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

O principal gasto com serviços conforme a planilha acima, refere-se à serviços de vigilância e limpeza e Conservação, que juntos correspondem a 57,83% (R\$ 1.536.517,10) do montante total em serviços de apoio administrativo, técnico e operacional empregados até o 4º trimestre de 2023.

Nota 6 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Dentro do Orçamento do IFRS consta identificado o orçamento do Campus Porto Alegre referente às despesas correntes classificadas no grupo Outras Despesas Correntes e Despesa de Capital classificadas em investimentos.

O repasse do crédito orçamentário, necessário para a execução das ações do IFRS Campus Porto Alegre é realizado através da descentralização da programação orçamentária.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia de R\$ 5.270.107,79 (cinco milhões duzentos e setenta mil cento e sete reais e setenta e nove centavos). Observa-se um aumento de 6,20% no montante de empenhos em relação ao mesmo período do exercício anterior como consta na tabela abaixo:

Tabela 13 –Despesas Empenhadas – Composição.

	R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Despesas Correntes	5.234.510,23	4.290.120,72	22,01	99,32
Despesas de Capital	35.597,56	672.176,22	-94,70	0,68
Total	5.270.107,79	4.962.296,94	6,20	100

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

As despesas correntes empenhadas estão na sua totalidade no grupo de natureza da despesa intitulado “Outras Despesas Correntes”.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, destacam-se Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, cujos empenhos no período somaram R\$ 3.070.151,30 (três milhões e setenta mil cento e cinquenta e um reais e trinta centavos), que se referem a 58,65% das despesas correntes empenhadas e das despesas com auxílio financeiro a estudantes, no valor total de R\$ 1.471.456,40 (um milhão quatrocentos e setenta e um mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), correspondendo a 28,11% das despesas correntes.

O percentual de liquidação de outras despesas correntes até o quarto trimestre de 2023 foi de 87,61%.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve um aumento de 20,33% nos empenhos referentes a Outros Serv. Terceiros PJ e de 27,02% nos empenhos que correspondem a Auxílio Financeiro a Estudantes. A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas correntes empenhadas no campus Porto Alegre:

Tabela 14 – Outras Despesas Correntes – Composição

	R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Diárias – Pessoal Civil	13.931,58	3.174,72	338,83	0,27
Auxílio Financeiro a Estudantes	1.471.456,40	1.158.416,15	27,02	28,11
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	54.819,28	69.360,25	-20,96	1,05
Material de Consumo	81.476,53	103.918,85	-21,60	1,56
Material p/ Distribuição Gratuita	118.363,43	23.222,60	409,69	2,26
Passagens e Despesas c/ locomoção	2.079,54	6.030,31	-65,52	0,04
Outras Desp. Pessoal Dec. Contr. Terc.	299.196,74	267.486,13	11,86	5,72
Outros Serv. Terceiros PJ	3.070.151,30	2.551.473,43	20,33	58,65
Serviços de TI e Comunicação - PJ	78.916,96	64.535,69	22,28	1,51
Obrigações Tributárias e Contributivas	31.124,74	31.062,47	62,27	0,59
Indenizações e Restituições	10.043,73	11.354,05	-11,54	0,19
Outros Serv. Terceiros PJ (INTRA)	300,00	86,07	248,55	0,01
Total	5.234.510,23	4.290.120,72	22,01	100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

As despesas de capital empenhadas estão na sua totalidade no grupo de natureza da despesa intitulado “investimentos”.

Em relação às despesas empenhadas em investimentos em 2023 destaca-se Equipamentos e Material Permanente, cujos empenhos no período somaram R\$ 35.597,56 (trinta e cinco mil quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos), que se referem 100% das despesas de capital empenhadas). Não houve liquidação de investimentos até o quarto trimestre de 2023.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, destaca-se uma redução de 94,70% em investimentos. A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas de capital empenhadas no campus Porto Alegre:

Tabela 15 - Investimentos

	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Equipamentos e Material Permanente	35.597,56	-	-	100,00
Obras e Instalações	0,00	642.300,22	-100,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00	29.500,00	-100,00	0,00
Total	35.597,56	672.176,22	-94,70	100

Nota 7 – Restos a Pagar

Restos a Pagar

Formam os restos a pagar todas as despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2022 ou em exercício anterior, porém não liquidadas ou liquidadas e não pagas até 31/12/2023.

Restos a Pagar Não Processados

O IFRS Campus Porto Alegre inscreveu em Restos a Pagar não Processados as despesas empenhadas e não liquidadas dentro do exercício de 2023, perfazendo um total de R\$ 1.193.258,80 (um milhão cento e noventa e três mil duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos). Observa-se que 49,54% dos empenhos inscritos foram liquidados e destes valores 99,87% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 16 – Execução Restos a Pagar não Processados.

R\$

Grupo da Despesa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31/12/2022	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Desp. Correntes	18.280,03	521.082,58	514.803,87	514.063,55	21.523,03	3.779,03
Desp de Capital	-	672.176,22	76.372,40	76.372,40	595.803,82	-
Total	18.280,03	1.193.258,80	591.176,27	590.435,95	617.326,85	3.779,03

Fonte: SIAFI 2023

Restos a Pagar Processados

Houve inscrição de restos a pagar processados referente às despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2023, num montante de R\$ 27.605,04 (vinte e sete mil seiscentos e cinco reais e quatro centavos), destes valores 100% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 17 – Execução Restos a Pagar Processados.

R\$

Grupo da Despesa	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo
Outras Despesas Correntes	27.605,04	27.605,04	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-
Total	27.605,04	27.605,04		-

Fonte: SIAFI 2023

Ademir Gautério Troina Júnior
ContadorCRC/RS 076804/O-5
IFRS Campus Porto Alegre